

Maria Rita Serrano

2

CAIXA, BANCO DOS BRASILEIROS

COLEÇÃO  FENAE

Caixa, banco dos brasileiros

Maria Rita Serrano

**Caixa, banco dos
brasileiros**

Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal

SRTVS Qd 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand,
Loja 126, Térreo II, Conj. L, Lote 38, Bloco II, Asa Sul
CEP 70340-906 Brasília-DF
Tel: (61) 3323-7516 – Fax: (61) 3226-6402
www.fenae.org.br

Diretoria Executiva

Jair Pedro Ferreira, *Presidente*

Sérgio Takemoto, *Vice-presidente*

Clotário Cardoso, *Diretor de Administração e Finanças*

Carlos Alberto Oliveira Lima, *Diretor de Esportes*

Moacir Carneiro da Costa, *Diretor Sociocultural*

Marcos Aurélio Saraiva Holanda, *Diretor de Comunicação e Imprensa*

Marlene Rodrigues Dias, *Diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas*

Rachel de Araujo Weber, *Diretora de Juventude*

Rita de Cássia Santos Lima, *Diretora de Relações do Trabalho*

Fabiana Cristina Meneguele Matheus, *Diretora de Saúde e Previdência*

Jerry Fiusa dos Santos, Giselle Maria Araujo Lima, José Herculano do Nascimento Neto (Bala),
Dionísio Reis Siqueira, Célia Margit Zingler, *Diretores Regionais*

Conselho fiscal

Francisca de Assis Araújo Silva, Maria Rita Serrano, José Megume Tanaka,
Paulo César Barros Cotrim, Laércio Silva, Anabele Silva

Coleção Fenae

Cassio Sader, *Planejamento*

Marcio Pochmann, *Coordenador*

Rogério Chaves, *Conselho editorial*

Raquel Costa, *Assistente editorial*

Mayara Fernandes, *Preparação editorial e revisão*

Antonio Kehl, *Projeto gráfico e editoração*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S487c Serrano Maria Rita.

Caixa, banco dos brasileiros / Maria Rita Serrano. –

Brasília : FENAE, 2018.

3,26 Mb. : il. ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-92945-03-9

1. Caixa Econômica Federal - História - Brasil. 2. Bancos públicos - Brasil. I. Título.

CDU 336.711(81)(091)

CDD 332.1223

Sumário

Império e Nova República (1861-1929): Surge a Caixa Econômica da Corte. O sonho da alforria	11
Estado Novo e Democracia (1930-1964): Caixa – investimento público e crédito popular.....	15
Regime militar (1964-1985): unificação das Caixas – banco da casa própria	19
Primeira greve nacional dos empregados da Caixa - 1985	23
Redemocratização, estado mínimo (1986-2003): Caixa – a ameaça de privatização	27
Democracia, mudança de paradigma, desenvolvimento econômico e social (2003-2016): Caixa, mais que um banco	33
Retrocesso – golpe (2016): Caixa S.A.?	39
Qual o futuro da Caixa?	45
Que desenvolvimento queremos?	47
Um Brasil para todos ou para alguns?	49
Referências Bibliográficas	51

Se é público, é para todos.
Defender a Caixa é defender o Brasil.

Introdução

Os bancos públicos têm exercido um importante papel na formação e no desenvolvimento do Estado- brasileiro, destacando-se entre eles a Caixa Econômica Federal (Caixa) e o Banco do Brasil (BB). Ao longo dos dois últimos séculos, foram responsáveis pela execução de políticas econômicas e sociais que mudaram a vida de milhões de brasileiros. Sobreviveram a diversos governos e instabilidades de toda ordem e hoje de novo encontram-se ameaçados pelo retorno do modelo neoliberal de privatizações e ataque ao patrimônio público instaurado no poder a partir do Golpe de 2016.

Em vários momentos, no decorrer de suas longas trajetórias, o BB e a Caixa – apesar de suas diferenças – mostraram-se capazes de se transformar, adaptando-se às mudanças estruturais ocorridas no sistema bancário, na economia e na sociedade ou à consolidação de novas regras de risco, regulatórias ou legais, nacionais ou internacionais, ao mesmo tempo em que se mostraram indispensáveis como bancos públicos.

A Caixa Econômica Federal é uma das instituições mais importantes na área de gestão de políticas públicas na contemporaneidade. Falar de sua construção é descrever um processo inovador.

O desafio aqui é resgatar a história dos 157 anos da Caixa, de forma concisa, demonstrando toda sua personalidade e influência ao longo dos diversos períodos e governos, do Império até os dias atuais.

O banco nasceu mexendo com o sonho dos brasileiros; o sonho de ser livre, com a poupança para a compra da alforria pelos escravos; o desejo de um futuro melhor para os filhos, com a poupança aberta pelos pais; a esperança de enriquecimento rápido, com as loterias; a vontade de ter uma

conta bancária, com a conta Caixa Fácil; o sonho da casa própria, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Enfim, o sonho da melhoria de vida, da ascensão social, de um futuro melhor. Agora, vamos viajar no tempo...

Império e Nova República (1861-1929): Surge a Caixa Econômica da Corte. O sonho da alforria

Ela foi inaugurada em 12 de janeiro de 1861, no estado do Rio de Janeiro, impulsionada pela Lei dos Entraves, nº 1.083/1860, responsável por reger a política monetária do país por 30 anos. Entre suas várias determinações está a primeira menção à criação das caixas econômicas.

Um dos objetivos da Lei dos Entraves era o de impedir a emissão de títulos e dinheiro sem lastro e, de forma mais ampla acabar com os bancos particulares, que vinham emitindo cada vez mais notas, bilhetes e títulos, provocando surto especulativo. Foi uma lei a favor do monopólio bancário público, privilegiando Caixa e BB. Em 1874, outras províncias do Império contariam com instituições similares à Caixa da Corte.

Apesar de a Caixa só ter assumido o comando das Loterias em 1961, a operação tem forte ligação com seu nascimento. Para entrar em funcionamento, ela precisava de capital mínimo de 30 mil contos de réis, e conseguiu um valor três vezes maior do que o estabelecido por lei, graças aos recursos provenientes da taxa de 1% de imposto cobrado sobre as 77 loterias que existiam, concessões do governo para entidades religiosas. Nos meses seguintes à inauguração, houve novos aportes de capital, todos oriundos de loterias.

O Decreto nº 2.723, que determinou sua criação, criou também o primeiro Monte de Socorro da Corte, cujas operações eram contabilizadas na carteira de penhores da Caixa – as duas instituições seriam administradas por um único conselho fiscal.

Cabe ressaltar que o nome “Monte de Socorro” foi inspirado nos Montes Pios, ou nos Montes de Piedade europeus, que eram uma tábua de

salvação para os pobres, que não tinham acesso a estabelecimentos bancários e, por conseguinte, não podiam contrair empréstimos. Nos Montes de Piedade, os empréstimos eram tomados com garantia de joias e objetos, com taxas de juros menores.

Um dos principais motivos que teriam levado o imperador D. Pedro II a fundar a Caixa e o Monte de Socorro era a existência de dezenas de “casas de prego”, casas de penhor, que eram acusadas de cobrar juros escorchantes. O Monte de Socorro fez sucesso imediato; se a poupança ainda não era uma prática, os empréstimos sob penhor faziam parte do dia a dia da população.

A distinção entre a Caixa e um banco, na origem, se deu em termos dos depósitos. Na Caixa, havia um limite superior (teto) de remuneração, o que não ocorria no caso dos depósitos efetuados em um banco.

No período, há um dos episódios mais marcantes da história da empresa, evidenciando seu caráter popular: o recebimento pioneiro de depósitos de poupança de escravos, visando comprar sua alforria. Associado a outras atribuições mais tarde assumidas, o fato terá papel importantíssimo junto ao ideário popular, na percepção da empresa como agente promotor de ascensão social. (Silveira, Vieira e Castro, 2013)

A diferença da caderneta de poupança dos escravos para as demais é que nela constava o nome do senhor. A conta de um escravo só podia ser aberta com o aval de seu dono, precedida por uma autorização dos órgãos de governo, aos quais os escravos estavam submetidos.

Apesar de essa prática ter sido considerada benéfica, houve avaliações de que o verdadeiro interesse dos senhores era dar aos escravos esperança na perspectiva de compra da liberdade, para que dessa forma ficassem mais submissos e não participassem de rebeliões, como a do Quilombo dos Palmares. A abolição da escravatura só ocorreu em 1888, fechando um ciclo vergonhoso de mais de 300 anos de história do país. Suas consequências persistem até hoje com o povo negro ainda marginalizado.

Em novembro de 1889, foi declarada a Proclamação da República do Brasil. A queda da Monarquia, segundo o historiador Boris Fausto (1994),

restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes e foi comandada pelo Exército, que articulou contra o Império um dos primeiros golpes do Brasil. Aconteceu sem grandes conflitos, pois os privilégios das elites e o domínio das oligarquias mantiveram-se inalterados.

O primeiro ano da República foi marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira conhecida como Encilhamento. Segundo Boris Fausto, a palavra “encilhamento”, local onde são dados retoques nos cavalos antes de disputar a corrida, foi usada por analogia para remeter à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a ideia de jogatina.

No início de 1891, veio a crise, com a derrubada do preço das ações e a falência de estabelecimentos bancários e empresas. A Caixa não sofreu grande transformação, pois continuava com o mesmo modelo de funcionamento do Império.

Ao longo da Primeira República, a estrutura social se diversificou, com o avanço da pequena propriedade produtiva no campo, a expansão da classe média urbana e a ampliação da base da sociedade. Houve uma mudança importante com a chegada de milhares de imigrantes, que vieram para substituir a mão de obra escrava. Diferente da primeira, essa nova mão de obra já começa assalariada, fazendo com isso aumentar a circulação de moeda levando a Caixa se adaptar, investindo fortemente na imagem de banco da poupança.

O Brasil foi duramente atingido pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929, causada por um forte movimento especulativo, que acabou por criar uma crise mundial. O desemprego cresceu, os salários perderam valor e os alimentos aumentaram de preço. Período marcado por movimentos organizados de contestação ao regime, como a Revolta de Canudos, o Anarquismo e o Tenentismo, liderado por Luís Carlos Prestes; greves de trabalhadores nos grandes centros urbanos e conflitos entre a elite dominante. Estava preparado o campo para um novo golpe militar.

Estado Novo e Democracia (1930-1964): Caixa – investimento público e crédito popular

Em 1930, Getúlio Vargas tomou o poder apoiado por forças regionais e liberais, em mais um golpe de Estado que ficou conhecido como *Revolução de 1930*, mais uma ruptura sem grandes dificuldades: caíram os quadros oligárquicos do governo, entraram os militares, técnicos diplomados, jovens políticos e industriais. São três os elementos principais que caracterizaram os 15 anos de Getúlio no poder: 1) atuação econômica, voltada para a industrialização; 2) atuação social, voltada para dar proteção aos trabalhadores; e 3) poder central aos militares, como suporte a uma indústria de base. Um novo regime deu início ao modelo de capitalismo nacional. (Fausto, 1994)

Mesmo sem intervenção direta no setor financeiro, o novo governo reservaria um papel especial para as caixas econômicas, que são formalmente designadas como agentes públicos estratégicos, inclusive financiando o próprio Estado.

Em 1931, iniciou-se a obrigatoriedade do recolhimento, junto à Caixa, dos depósitos judiciais, o que lhe propiciou recursos baratos para investimentos.

Vários estados, além do Rio de Janeiro, já tinham caixas econômicas com gestão autônoma. Em 1875, foram inauguradas as de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Paraíba e Espírito Santo; em 1876, Pará e Paraná; em 1877, Pernambuco; em 1878, Bahia e, em 1879, Ceará.

Sob o Estado Novo, as caixas tiveram sua missão inaugural ampliada. Além de ratificada a garantia incondicional do governo, surgiu uma série de novas atribuições. Para atendimento do seu plano de desenvolvimento

do país, o novo regime transformaria a empresa efetivamente em um órgão oficial de crédito popular e adotaria, em 1934, um novo regulamento, aprovado pelo Decreto 24.427, que criou o Conselho Superior das Caixas Econômicas (Costa, 2016), órgão que, pode-se dizer, deu origem ao processo de unificação das caixas econômicas, que só ocorreria efetivamente nos anos 1970. O novo conselho passou a estabelecer, a partir de um único ponto, as diretrizes para todas as unidades espalhadas pelo país, repercutindo, no âmbito da organização, o forte modelo centralizador e burocrático, implementado com a Revolução de 1930.

O novo regulamento trouxe a ampliação dos serviços oferecidos pelo banco, valorizando seu papel social. Houve a criação oficial das carteiras de hipoteca, a caução de títulos, a consignação e contas garantidas, a outorga da exploração da loteria federal, a garantia do monopólio sobre as operações do penhor. O novo regulamento também estabeleceu uma medida decisiva para a fixação da marca institucional com que a empresa passaria a ser reconhecida, ao “proibir casas de crédito e firmas bancárias de utilizar a denominação ‘Caixa Econômica’, bem como as palavras ‘Econômica’ e ‘Economia’”. (Bueno, 2010)

Ao final da primeira fase da Era Vargas, surge o marco inaugural da estruturação do Sistema Financeiro Nacional (SFN): a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), precursora do Banco Central (BC) que conhecemos hoje. Houve uma reconfiguração do sistema, pois o papel de autoridade monetária passou a ser desempenhado por três instituições: BB, Sumoc e Tesouro Nacional. A partir daí o sistema financeiro começa a ter uma nova configuração empresarial.

A diretriz principal do Estado Novo, sob o aspecto socioeconômico, foi a aliança da burocracia civil e militar com a burguesia industrial, cujo objetivo comum e imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. O incentivo da industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo. Documento do governo de 1937 reservava aos brasileiros a exploração das minas e quedas d'água, e determinava a sua nacionalização progressiva, além das indústrias consideradas essenciais à

defesa econômica ou militar. Dispunha também que poderiam funcionar no país bancos e companhias de seguros nas quais os acionistas fossem brasileiros. (Fausto, 1994)

Houve grande ebulição social nos 15 anos do governo de Getúlio Vargas, momento marcado por greves de várias categorias, entre elas a dos bancários; forte organização dos trabalhadores em sindicatos e repressão a partidos como o Partido Comunista do Brasil (PCB). Para dirimir a resistência, merecem destaque as ações do governo com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), grande marco regulatório da proteção ao trabalhador, e a criação do Ministério do Trabalho; de órgãos para mediar os conflitos trabalhistas e o enquadramento dos sindicatos à legislação específica.

O período democrático se inicia com o governo Dutra, em 1946. A intervenção estatal é condenada, passando-se a difundir que o desenvolvimento do país e o fim da inflação, gerada pelos anos de guerra mundial, dependiam da liberdade do mercado e principalmente da livre importação de bens.

Depois da volta de Getúlio Vargas, entre 1951 e 1954, dessa vez eleito, e de sua trágica morte, assume Juscelino Kubitschek (JK), cujo mandato foi marcado pela estabilidade política, embalada por anos de otimismo, por altos índices de crescimento econômico e pelo sonho da construção de Brasília.

O Plano de Metas de JK, que priorizava a construção da nova capital do Brasil, engajou os brasileiros na busca pelo “Estado nacional desenvolvimentista”, expressão usada pelo governo para evitar disputas ideológicas. O crescimento do país se viabilizou, mas à custa de um grande endividamento externo e de denúncias de corrupção.

A construção de Brasília teve forte presença dos empregados da Caixa, que, semanalmente, visitavam os canteiros de obras, trabalhando em unidades volantes de atendimento para abertura e depósitos dos pagamentos dos trabalhadores da construção civil em poupanças. Além disso, a Caixa investiu em obras como pavimentação dos viadutos, construção do aeroporto, escolas, hospitais e clubes.

A nova matriz da Caixa em Brasília foi inaugurada, com 21 andares e 30 mil m² de área construída. No *hall* principal, encontram-se 24 vitrais do artista plástico alemão Lorenz Heilmann, que homenageiam os estados brasileiros, suas histórias, seu povo, seu folclore e sua vocação econômica (Tocantins ficou de fora porque ainda não existia).

De acordo com o Decreto 50.954/1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros, no ano do centenário da Caixa, a loteria federal saiu das mãos das concessionárias privadas e passou a ser administrada pelo conselho superior das caixas econômicas.

Regime militar (1964-1985): unificação das Caixas – banco da casa própria

O golpe militar foi orquestrado com a alegação de livrar o país da corrupção e do comunismo (parece bem atual) e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país por meio de decretos, chamados Atos Institucionais (AIs). Eles serviram para cercear liberdades, perseguir opositores, cassar mandatos parlamentares e partidos políticos, intervir em sindicatos e instalar a mais violenta repressão armada no país.

Buscando atacar o surto inflacionário, o governo deu uma verdadeira guinada em direção à ortodoxia. No que tange ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), houve estruturação, delimitando a esfera de atuação das diferentes instituições e estabelecendo normas básicas para a supervisão e acompanhamento das operações por meio do Banco Central do Brasil (BC) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). (Santos, 2005) Assim, as ações implementadas pelo governo foram a introdução da correção monetária, a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) – com repercussão direta na Caixa –, a reconfiguração do SFN, a regulamentação do mercado de capitais, o registro de auditores independentes junto ao BC, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que aboliu a estabilidade no emprego e a regulamentação de empresas de seguros e companhias de capitalização. O SFN se organizou de forma que cada instituição financeira atuasse no atendimento de uma determinada faixa de operações no mercado, obedecendo a um princípio de especialização, otimizando a tarefa de fiscalização da autoridade monetária. O setor inicia um novo ciclo de expansão com o maior número de agentes públicos em operação no país.

Nesse período, uma onda de revolta e resistência à ditadura civil-militar ocorreu em todo o país. Para contê-la, o general Costa e Silva, segundo presidente do regime ditatorial, decretou o AI-5, considerado como um golpe dentro do golpe, fortalecendo o poder autoritário dos militares.

O AI-5 previa: o fechamento do Congresso Nacional, passando as funções legislativas ao presidente da República; a suspensão dos direitos políticos e das garantias constitucionais, como a suspensão do *habeas corpus* (instrumento jurídico de garantia de liberdade individual); intervenção federal em estados e municípios e a possibilidade de o presidente decretar estado de sítio sem autorização do Congresso. O AI-5 tinha caráter permanente, sendo revogado onze anos após sua decretação.

Em meio a tantas decisões tomadas arbitrariamente, o governo militar, utilizando-se dos poderes ilimitados que se autoconcedeu com a edição do AI-5, decretou a unificação de todas as caixas econômicas, sem nenhuma consulta às regionais. O objetivo era tornar os estados mais dependentes do financiamento do governo central. A unificação revelou-se fundamental para torná-la uma empresa nacional, com uma grandiosa e eficiente rede de serviços voltada para a população.

Os governadores estaduais nomeados pela União não se opuseram à mudança, mas nunca deixaram de influenciar na nomeação dos dirigentes da Caixa.

A unificação foi decretada em 12 de agosto de 1969. A partir da centralização a Caixa sofreu uma profunda reorganização em sua estrutura, mas os elementos constitucionais de sua origem inicial foram revalidados, vocação popular e garantia do Estado. Por ser tratada como influente no contexto macroeconômico, teve a condução da sua gestão econômico-financeira sempre considerada no conjunto das decisões do governo federal.

O capital inicial foi constituído pelo total do patrimônio líquido de todas as caixas econômicas federais existentes nos diversos estados. Instituiu-se também um fundo, que fixava a contribuição de 2,5% sobre o preço de cada bilhete da loteria federal. Tal como na sua fundação, em 1861, a loteria voltaria a ser decisiva para sua história.

Os empregados da Caixa perderam, em 1967, em plena ditadura militar, a jornada reduzida das seis horas, que passou a ser de oito horas, que existia devido às características da atividade profissional dos bancários. Por muitos anos, a categoria tentou, via Congresso Nacional, reconquistar esse direito. O clima político, desfavorável às manifestações, não permitiu.

Para o novo modelo, foi feita a substituição do regime estatutário pela CLT e determinada a realização de concurso público para contratação dos empregados.

Paralelamente, o país observa a inauguração de um novo ciclo de presença estatal na economia e no setor financeiro, empenhado em implementar uma profunda política desenvolvimentista que atribui à Caixa atuação estratégica, sobretudo no financiamento habitacional para as classes de baixa renda. A empresa também é chamada a operar e gerir uma série de fundos e programas governamentais estratégicos: o Programa de Crédito Educativo (PCE); o Programa de Integração Social (PIS) (responsável pela distribuição de abonos à população de baixa renda) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), que trouxeram uma nova dimensão institucional para a organização. Adicionalmente, o FGTS estabeleceu um vínculo direto entre a empresa e todos os trabalhadores do país. (Silveira, Vieira e Castro, 2013) O FGTS, além de servir como pecúlio para o trabalhador desempregado, possibilitou ao governo a formação de um fundo para o financiamento de construção e comercialização de casas e investimentos em infraestrutura e saneamento básico.

Nos últimos anos do governo militar de João Baptista Figueiredo, período marcado pelo início da abertura política, a Caixa atuou também na intermediação da comercialização de ouro dos garimpos, com destaque para Serra Pelada e, em 1986 herdaria parte do espólio do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964. Com isso, a Caixa assumiu de vez a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria, o que trouxe inicialmente vários problemas.

Segundo Costa (2016), entre 1983 e 1986 o Brasil teve sua crise do *subprime*¹, que ocorreu duas décadas antes da crise do *subprime* norte-americano, devido à inadimplência dos mutuários do crédito imobiliário. Essa crise deu início aos desequilíbrios na situação econômica e financeira da Caixa. Alguns dos motivos foram a redução das prestações e de saldos devedores, com aplicação de índices de correção inferiores ao custo de captação; alargamentos dos prazos dos empréstimos; vinculação de reajustes às variações salariais e aos efeitos dos planos de estabilização do governo.

¹ Nos Estados Unidos a crise foi desencadeada em 24 de julho de 2007, a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, prática que arrastou vários bancos para uma situação de insolvência, repercutindo fortemente sobre as Bolsas de Valores de todo o mundo.

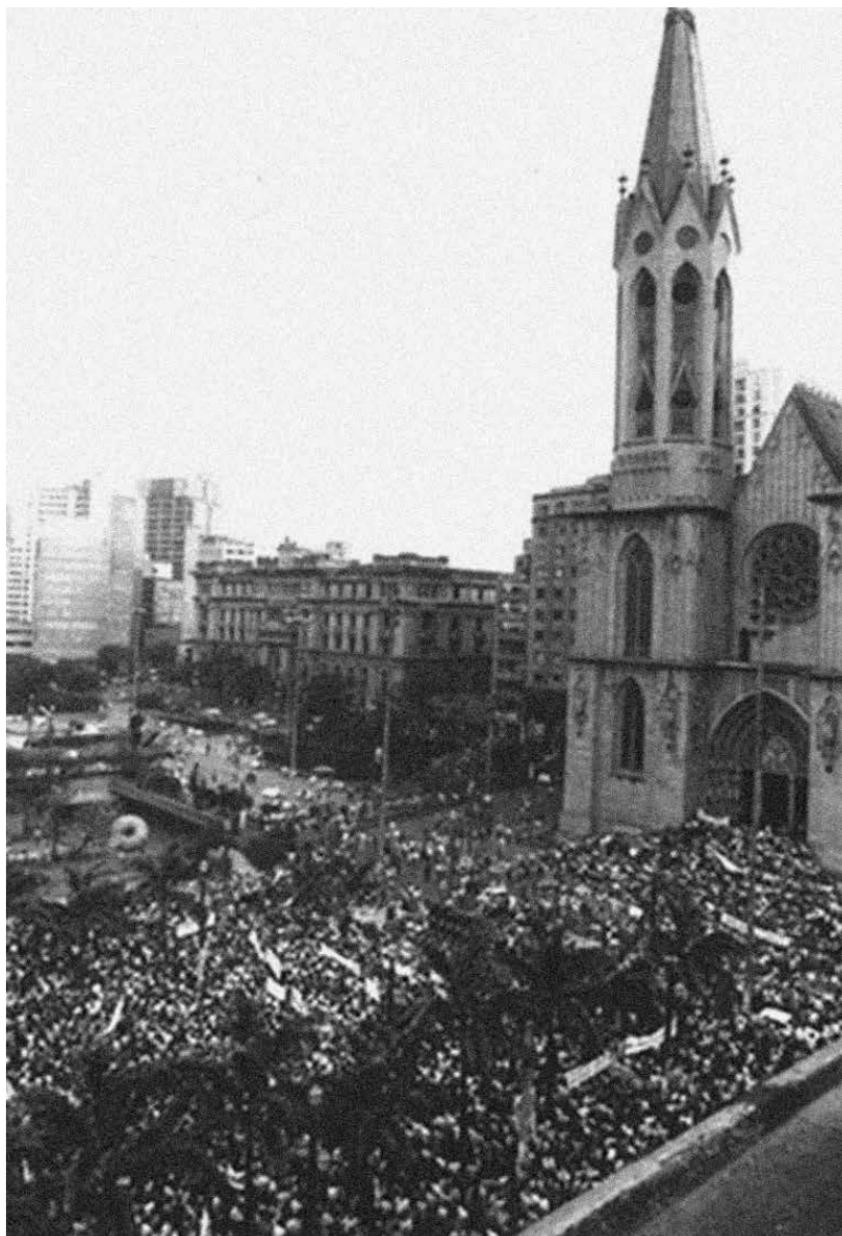
Primeira greve nacional dos empregados da Caixa – 1985

O Brasil começa a viver um período de grande efervescência política no final da década de 1970. Greves de trabalhadores começam a pipocar nos grandes centros urbanos (com os metalúrgicos do ABC, bancários de São Paulo) e em outros estados; há o movimento contra a carestia, criação de partidos políticos e centrais sindicais. A partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média assalariada, surgiu o Partido



Empregados da Caixa em greve (1985)

Fonte: Fenaes



Bancários em greve, ato na praça da Sé em São Paulo (1985)

Fonte: Sindicato dos Bancários de São Paulo.

dos Trabalhadores (PT) e, logo depois, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ambos fundamentais para a consolidação do fim da ditadura e da volta da democracia, além de terem determinado um novo modelo de organização dos trabalhadores, que garantiu novos direitos e melhores condições de trabalho.

Os empregados da Caixa não ficaram de fora. Em 30 de outubro de 1985, realizaram a primeira greve nacional. As unidades da Caixa ficaram fechadas por 24 horas, com adesão maciça dos empregados em todos os cantos do país. Graças ao movimento, conquistaram a condição de bancários, a jornada de seis horas e o direito à sindicalização (proibida na ditadura). Nesse mesmo ano, foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef).

Redemocratização, estado mínimo (1986-2003): Caixa – a ameaça de privatização

Embora o movimento pelas Diretas Já, que reuniu milhares de pessoas pelo Brasil em grandes atos, não tenha sido feliz em seu intento imediato, o que causou grande frustração popular, ele impulsionou a derrocada final da ditadura. Em 1985, a chapa Tancredo Neves e José Sarney foi eleita pelo Colégio Eleitoral, mas, com a morte de Tancredo, quem assumiu foi Sarney.

A tão desejada eleição direta só aconteceu em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello a presidente; seu principal mote de campanha foi “a caça aos marajás”, e entre eles estavam os empregados de empresas públicas, como os da Caixa.

Sexta-feira, 16 de março de 1990, feriado bancário. Um dia após tomar posse como o primeiro presidente eleito no país de forma direta após quase 30 anos, Collor anuncia um pacote radical de medidas econômicas, incluindo o confisco dos depósitos bancários das até então intocáveis cadernetas de poupança dos brasileiros. O plano, poucos meses depois, começou a fazer água.

A população reagiu com perplexidade, especialmente às medidas de bloqueio do dinheiro. Ao fim do feriado bancário de três dias, longas filas se formaram nas agências, e os bancos não tinham dinheiro suficiente para cobrir saques dos clientes. O comércio também ficou paralisado. Nas agências da Caixa, o caos se instalou, filas imensas com clientes revoltados ofendiam os empregados, chamando-os de marajás.

De forma arbitrária, Collor demitiu, em junho de 1990, 2.341 empregados de uma só vez. Esse fato desencadeou uma grande campanha nacional, organizada pela Fenae e pelos sindicatos de bancários em defesa

da reintegração dos demitidos, o que viria a acontecer em setembro, por ocasião da campanha salarial.

Em setembro de 1991, mais demissões, depois do encerramento da greve na Caixa que durou 21 dias, 110 empregados foram demitidos. A Fenaec organizou uma campanha nacional para a sustentação dos demitidos, em que cada empregado doava 0,03% do seu salário, que correspondia a um tíquete alimentação diário para o fundo, 35 mil funcionários autorizaram o desconto. Foi o maior gesto coletivo de solidariedade feito ao longo da história da organização dos empregados da Caixa.

O lema da campanha era “Não toque em meu companheiro!”. O empregado era simbolizado por uma flor despedaçada no caule e uma mão cuidadora protegida para amparar e manter em pé a flor já brutalmente agredida.



Campanha pela reintegração dos demitidos (1991)

Fonte: Fenaec

Em setembro de 1992 Collor passou por processo de *impeachment*. Assumiu o seu vice-presidente Itamar Franco e, em outubro houve o acordo para a reintegração dos 110 demitidos. Em 1994, o presidente Itamar Franco aprovou no Congresso Nacional a Lei 8.878/1994, que anistiou todos os trabalhadores demitidos durante o Plano Collor.

Durante o governo Itamar foi lançado o Plano Real, em 28 de fevereiro de 1994, tendo à frente o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que em seguida se tornaria presidente da República.

A perspectiva teórica adotada no Plano Real e a visão sobre o papel do Estado na estratégia de desenvolvimento definiram a aceitação do ideário neoliberal de levar adiante o processo de privatização, iniciado por Collor, e o corte no aparelho estatal.



Comitê em defesa dos bancos públicos (1997)²

Fonte: Sindicato dos Bancários do ABC.

² Foram criados comitês em defesa dos bancos públicos por todo o país.

A privatização de empresas e dos bancos estaduais eliminou a possibilidade de realização de gastos públicos e transferiu ao setor privado o domínio de setores relevantes da economia.

O Plano Real, além de estabelecer um novo padrão monetário para o país, lançou as bases para a terceira e mais significativa estruturação do SFN, fornecendo as feições atuais do campo brasileiro das organizações bancárias. A Caixa se viu obrigada a adaptar-se como estratégia de sobrevivência, e por vários momentos foi ameaçada de privatização. Em 2001, foi realizada uma reestruturação patrimonial sem precedentes em sua história, financiada com recursos do Tesouro Nacional, e engendrada como forma de assegurar sua solvência e reafirmar seu principal valor constitutivo: a solidez e a segurança sem limites. (Bueno, 2010)

Vários fatores contribuíram para o desequilíbrio estrutural da Caixa entre as décadas de 1980 e 1990. Um deles foi a incorporação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e sua atribuição como agente operador do FGTS. Para as operações realizadas à época, o BNH não possuía provisões para devedores duvidosos em níveis suficientes. As provisões necessárias superavam o patrimônio do BNH, incorporado à Caixa. (Costa, 2016)

Outras ocorrências também foram nocivas ao equilíbrio da empresa, segundo a Controladoria da Caixa: fim da isenção de tributos federais; bloqueio dos cruzados novos e exigência de recolhimento ao BC; contratação desordenada de créditos com recursos do FGTS; alteração nas regras contábeis e de funcionamento para as instituições financeiras.

Aliado a todos esses fatores estava a política do Estado mínimo do governo FHC, que via a Caixa só como um número e desmerecia seu papel social; seu objetivo era ter um banco com lucro, “enxuto” e “saneado” para poder vender, já que foi essa mesma estratégia adotada para as demais empresas públicas.

E para o banco ser “saneado”, a meta principal foi o corte de custos com recursos humanos (RH). Em 2001, a Caixa tinha 10.200 empregados com menos que o contingente de 65.111, no final de 1995. Além dos planos de demissão voluntária (PDVs), FHC editou em 2000 a RH008, normativa que autorizava a demissão imotivada, com mais de 500 empregados

demitidos sumariamente. A maioria foi reintegrada quase dez anos depois de muita luta, organizada pelo movimento sindical. Nesse período, praticamente metade de trabalhadores da Caixa eram terceirizados, em torno de 50 mil. As condições de trabalho foram completamente precarizadas. Os trabalhadores ficaram, praticamente, durante os dois governos de FHC com os salários congelados e corte de direitos.

A gestão de resultados não via pessoas, mas metas. Os gestores ficaram sem autonomia nas decisões operacionais, e a disputa entre os trabalhadores era incentivada pela empresa.



Campanha salarial dos empregados da Caixa (2001)

Fonte: Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Nordeste (Fetec/NE).

As entidades de representação sindical e associativa foram coagidas e sofreram grande repressão. Mesmo assim realizaram durante anos campanhas massivas em defesa da Caixa e de sua importância para o desenvolvimento do país, fato que só se concretizou com o sucessor de FHC.

A década de 1990 foi marcada por baixas taxas de crescimento, abertura comercial e financeira, forte crescimento da população economicamente ativa (PEA), perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda na taxa de investimento total, com destaque para o investimento público.



Assembleia São Paulo, década de 80. Arquivo Apcef SP.



Campanha de sindicalização, década de 80. Arquivo Fenaef.



Espirito Santo, década de 80. Arquivo FenaE.



Mato Grosso, década de 80 . Arquivo FenaE.



Paraná, década de 80. Arquivo Fenaef.



Maranhão, década de 80. Arquivo Fenaef.



São Paulo,
passeata pelas 6h,
década de 80.
Arquivo FenaE.



Piauí, década
de 80. Arquivo
FenaE.



Rio Grande do
Sul, década
de 80. Arquivo
FenaE.

Ato na Avenida Paulista,
São Paulo, década de 80.
Arquivo Apcef, SP.



Abaixo, III Conecef, 1987.
Arquivo Fenaef.





Campanha pela readmissão dos demitidos, 1991, São Paulo. Arquivo Apcef SP.



Movimento de reintegração dos demitidos, 1991. Arquivo Fenaef.



Ato na rua, 1995. Arquivo Fenaef.



Nordeste, década de 90. Arquivo Fenaé.



Ato na matriz, 1995. Arquivo Fenaé.



Marcha dos trabalhadores em Brasília, 1998. Arquivo Fenaef.



15º Conecef, 1999. Arquivo Fenaef.



Acima, defesa da Caixa, FETEC NE, 2001. Arquivo Feneae.
À esquerda, marcha em Brasília, 2007. Arquivo Feneae.



Posse de
empregados
no CA da Caixa,
2013. Arquivo
Fenae.



Campanha
Salarial 2013,
Minas Gerais.
Arquivo Fenae.



29º Conecef,
2013. Arquivo
Fenae.





Defesa da isonomia, 2014, Goiás. Arquivo Fenaec.



Negociação entre os empregados e a Caixa, 2014. Arquivo Fenaec.

Rio Grande do Sul, 2015.
Arquivo Fenaé.



São José dos Campos,
2015. Arquivo Fenaé.



Campanha contra
o PLS 555, 2015.
Arquivo Fenaé.





Greve Caixa, São Paulo, 2015. Arquivo APCEF SP.



Passeata em Alagoas, 2015. Arquivo FenaE.

Santa Catarina,
2015. Arquivo
Fenae.



Atividade contra
a reestruturação,
Pernambuco,
2015. Arquivo
Fenae.



Audiência no
Senado sobre a
PLS 555, 2015.
Arquivo Fenae.





Faixa em defesa da Caixa, 2015. Arquivo APCEF SP.



Audiência pública em Curitiba, PR, 2015. Arquivo Sindicato dos Bancários de Curitiba.



Acima, Lançamento Comitê Regional em Defesa das Empresas Públicas, Mlnas Gerais, 2016. Arquivo Fenaee. Abaixo, Mato Grosso, 2016. Arquivo Fenaee.





Paraíba, 2016. Arquivo Feneae.



Debate no Senado sobre as empresas públicas, 2016. Arquivo Feneae.



Sergipe, 2016. Arquivo Fenaec.



Negociação entre os empregados e a Caixa, 2016. Arquivo Fenaec.



Ato no Ceará, 2016.
Arquivo Fenaef.



Catanduva, SP, 2016.
Arquivo Fenaef.



Manifestação contra
reestruturação na
Caixa, Natal, RN, 2016.
Arquivo Sindicato
dos Bancários de Rio
Grande do Norte.



Debate sobre o Estatuto das Estatais no Congresso Nacional, 2016. Arquivo Comitê em Defesa das Empresas Públicas.



Lançamento da campanha Se é Público é para Todos, no Rio, 2016. Arquivo Fenaec.



Ato contra a abertura de capital, Bahia, 2017. Arquivo Fenaec.



Lançamento da campanha Vem Defender a Caixa, Rio de Janeiro, 2017. Arquivo Fenaec.



33º Conecef, São Paulo, 2017. Arquivo Fenaec.

Comitê Estadual Caixa,
Belem, PA, 2018.
Arquivo Sindicato dos
Bancários do Pará.



Manifestação em
defesa da Caixa, Campo
Grande, MS, 2018.
Arquivo Sindicato dos
Bancários de Mato
Grosso do Sul.





Audiência pública em defesa da Caixa, Manaus, AM, 2018. Arquivo Fenaee.



Debate em defesa da Caixa, Brasília, 2018. Arquivo Fenaee.

Democracia, mudança de paradigma, desenvolvimento econômico e social (2003-2016): Caixa, mais que um banco

O Brasil viveu a partir de 2003 a quebra de vários paradigmas, a eleição do primeiro operário e da primeira mulher para a Presidência da República, em seguida o avanço para um modelo de Estado de bem-estar social desenvolvimentista que começou, lentamente, a substituir a herança do Estado mínimo implantado pelos antecessores.

Desde o início desse período, em 2003, o país buscou sair de um imbróglio no qual se encontrava havia duas décadas, marcado por um crescimento econômico insuficiente, baixas taxas de investimento, acentuada vulnerabilidade externa, redução da capacidade de intervenção e regulação do Estado, elevação do desemprego, precarização do trabalho e aprofundamento da miséria e da desigualdade. (Mattoso, 2013)

Nessa época, consolidou-se uma nova política que deixou de pensar a indústria e o crescimento econômico sob a lógica das exportações, passando a dar espaço à expansão do mercado interno; revalorizou-se o papel do Estado e da melhoria de sua gestão e iniciou-se o processo de expansão e popularização do crédito e da implementação e consolidação das políticas sociais. Cada vez mais se reconhecia que as políticas sociais favoreceriam não só o aumento da inclusão e a redução da pobreza e da desigualdade, mas também a economia (por meio da ampliação do mercado interno e do consumo de produtos nacionais) e o crescimento do PIB. Dessa forma, foi possível enfrentar as crises externas com a valorização do mercado interno – mesmo com um menor crescimento, como nos anos 2011 e 2012 – e até amenizar o impacto negativo sobre o mercado de trabalho. (Mattoso, 2013)

No que se refere aos bancos públicos, o governo promoveu a melhora da relação entre o crédito bancário e o PIB, por meio de uma série de incentivos macro e microeconômicos, estimulando desde a redução da taxa básica de juros até a regulamentação dos empréstimos consignados em folha de pagamento.

No novo governo, a ameaça de privatização da Caixa foi superada e, ao contrário, ela se tornou sua maior aliada no sistema financeiro, atuando como principal operadora dos programas sociais e maior investidora de políticas públicas, com destaque para a habitação e o saneamento básico.

No mesmo período, ela se tornou um banco múltiplo, com portfólio atualizado, contendo todos os produtos disponíveis do mercado e avançou na complementaridade entre as funções de banco social e público e as de uma instituição comercial.

Duplicou o número de empregados que, ao longo dos anos, foram retomando direitos perdidos e crescimento dos salários. Saltou de 55 mil em 2001 para 101 mil em 2014; em 2017, esse número havia diminuído por conta de programas de incentivo à aposentadoria para 87 mil empregados.

No campo da negociação e das relações trabalhistas, em 2004, houve uma grande conquista pelos empregados e sindicatos, a entrada dos bancos públicos federais na Convenção Nacional dos Bancários, marco inédito no Brasil, com empresas privadas e públicas assinando um único acordo coletivo de trabalho. A partir daí novos patamares nas relações de trabalho foram sendo construídos.

Em 1921, a Caixa se tornou o primeiro banco a contratar mulheres, mas a grande inovação nas políticas de relações de gênero ocorreu quando foi implementado o Programa Caixa de Diversidade, em 2005. Mesmo com praticamente metade do quadro de empregados composto por mulheres, demorou quase 150 anos para a Caixa ter sua primeira presidenta, Maria Fernanda Ramos Coelho, empregada de carreira, foi nomeada em 2006 e, em 2015 foi a vez de Miriam Belchior. Em 2016, fui eleita a primeira mulher para o Conselho de Administração, graças à Lei 12.353/2010, sancionada pelo presidente Lula, que garantiu que as

empresas públicas federais elegeassem um(a) trabalhador(a) para os conselhos de administração.

Convocada para um grande esforço de bancarização e inclusão social, a empresa experimentou outra fase de infusão de valores associados à sua natureza pública e quanto a sua identidade popular. Para desempenho das recentes atribuições deste novo projeto de governo, passou novamente por uma reorganização interna, que possibilitou seu crescimento e a adoção de um inovador modelo de funcionamento.

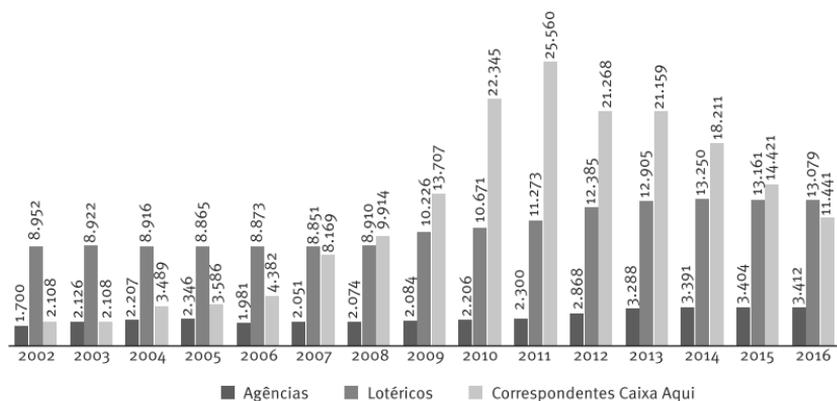
Chamada a atuar como instância institucional na crise internacional de 2008, posicionou-se, desta forma, como um dos principais agentes públicos na aplicação de políticas anticíclicas, a partir de 2007, assumindo papel de destaque no campo das organizações bancárias frente ao refluxo de crédito decorrente da instabilidade financeira internacional, atuação reconhecida inclusive pelos demais bancos.

O saldo de operações de crédito da Caixa registrou taxas de crescimento real superiores à média do SFN durante todo o período de junho de 2008 a dezembro de 2013. Naturalmente, a expansão do saldo de operações de crédito se refletiu em crescimento do ativo total da instituição, que foi ampliado em 187,5%, em termos reais neste período, o que fez com que a Caixa se tornasse a terceira maior instituição financeira do Brasil, em tamanho de ativo, no último trimestre de 2015. (Slivnik *et al.*, 2017)

Ao final de 2016, o FGTS contava com ativo de R\$ 502 bilhões, dos quais mais de 50% aplicados em financiamentos imobiliários, de saneamento, infraestrutura e desenvolvimento. Desde sua criação, em 1969, 73% dos municípios brasileiros já tiveram obras financiadas pelo FGTS.

A Caixa se tornou o maior agente do programa que revolucionou o crédito habitacional, o Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009 com a finalidade de aumentar o acesso à casa própria por parte de famílias com renda mensal de até dez salários-mínimos, com prioridade para as que recebem até três salários-mínimos. De 2009 até 2016, já foram entregues 3.109.396 unidades prontas, e as mulheres são as protagonistas, pois respondem por 89% da titularidade dos imóveis.

Em 2002, a Caixa tinha 1.700 agências, 10,2% das agências no país. Em 2016, alcançou 3.412 agências, quase 15% do total. Além disso, dada sua atividade social, passou a ter a maior rede de correspondentes bancários (11.441) e lotéricos (13.079), que atingem praticamente todos os municípios brasileiros. O número de clientes saltou de 28 milhões, em 2003, para 84 milhões, em 2016.



Rede de atendimento da Caixa

Fonte: Dieese - Fenaes.

A primeira iniciativa de inclusão bancária feita por uma instituição financeira no Brasil foi a conta simplificada Caixa Fácil, responsável por incorporar milhões de famílias, que com poucas formalidades passaram a ter acesso aos serviços e produtos bancários. Em 2015, havia mais de 12 milhões de contas simplificadas de depósitos à vista e de poupança ativas, em sua maior parte, na Caixa.

Ao se tornar fonte pagadora dos programas sociais por meio do Cartão do Cidadão permitiu que, além do programa Bolsa Família, que tem seu próprio cartão, todos tivessem mais facilidade de acesso aos benefícios sociais e trabalhistas (FGTS, PIS, Abono Salarial e Seguro-Desemprego).

Na execução dos programas governamentais, foram pagos R\$ 28,3 bilhões em benefícios sociais e R\$ 242,1 bilhões em benefícios aos trabalhadores no ano de 2016.

O crédito passou a crescer no país a partir de 2004 e a Caixa começou a participar desse processo com a ampliação do crédito consignado, depois estendendo a outras modalidades. Em 2016, o saldo da carteira de crédito somou R\$ 709 bilhões e sua carteira de crédito ampla correspondia a mais de 22% do mercado. No mesmo ano, foi responsável por 67% do financiamento imobiliário nacional, detendo 90% do crédito destinado à habitação popular.

Com o crescimento do financiamento à infraestrutura, à mobilidade urbana e ao saneamento, a Caixa se tornou o segundo maior financiador de projetos de longo prazo no país, alcançando em 2016, uma carteira com R\$ 79 bilhões de saldo, ficando atrás apenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As loterias que a Caixa administra desde 1970 cumprem um importante papel no financiamento de políticas públicas: entre 2011 e 2016, dos R\$ 60 bilhões arrecadados, quase metade, R\$ 27 bilhões, foi destinada a programas sociais nas áreas de esporte, cultura, educação e outros.

Em síntese, os principais marcos positivos do período na gestão administrativa foram os sucessivos resultados financeiros positivos, o aumento da visibilidade da Caixa e a valorização do seu papel social.

Valores intangíveis, como sua contribuição para a melhoria da auto-estima da população e dos empregados, que voltaram a ter orgulho em trabalhar na Caixa, devem ser destacados.

Retrocesso – golpe (2016): Caixa S.A.?

Em 2015, foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 555, chamado de “Lei de Responsabilidade das Estatais”, formulado por uma comissão mista, na qual o relator e o presidente eram do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O texto, na sua origem, previa a obrigatoriedade de que todas as empresas públicas se tornassem sociedade anônima (S.A.) e em seguida já abrissem capital, além de alterar a composição acionária das demais, de forma a facilitar a privatização de todas as empresas públicas brasileiras, federais, estaduais e municipais. Cabe ressaltar que entre as grandes empresas 100% públicas está a Caixa.

Rapidamente foi organizado um grande movimento nacional para combater o projeto, com entidades de representação diversas, sindicatos, centrais, associações, movimentos, parlamentares, prefeitos e outros. Da necessidade desse trabalho de resistência, nasceu o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que lançou a campanha “Se é Público, é Para Todos”, que deu origem a esse livro. A campanha foi lançada em todo país e nos encontros internacionais em defesa dos bancos públicos organizados pela UNI Finanças (vertente da UNI Global Union – federação sindical global de habilidades e serviços, que reúne sindicatos nacionais e regionais), de 2016 e 2017, que aconteceram, respectivamente, na Argentina e no Uruguai. Na linha de frente desse processo, estão os empregados da Caixa, por meio da Fenae e da Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contraf-CUT) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP).



Atividade em defesa da Caixa 100% pública (2016)

Fonte: Sindicato dos Bancários do ABC.

Depois de nove longos meses de articulação, negociação e mobilização em todo o país, os artigos privatistas foram retirados do projeto que, sancionado, virou a Lei 13.303. Foi uma grande vitória, dado o cenário desfavorável no parlamento, em que uma maioria conservadora tem compromisso com o capital privado. Naquela altura, já estava desenhado o cenário do golpe que se consolidou em agosto de 2016, com a derrubada da presidenta Dilma e a ascensão do então vice-presidente, Michel Temer.

As consequências da mudança para a Caixa e para o país foram rápidas. Desde o golpe praticado por Michel Temer e aliados (empresários, ruralistas, banqueiros e políticos que os representam no Congresso Nacio-

O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos

Defender a Caixa
é defender o Brasil.

Comitê Nacional
em Defesa das
Empresas Públicas

¿que es **público** para tí?

Si es
público,
es para
todos

Defender las Empresas Públicas
es defender Brasil.



Campanha do Comitê Nacional em defesa das empresas públicas (2016)

Fonte: Comitê Nacional em defesa das empresas públicas.

nal), o Brasil começou a viver uma retrospectiva sombria de um passado de valores arcaicos, em que os direitos humanos, em sua ampla acepção, vêm sendo ignorados e excluídos da vida dos cidadãos. Conservadorismo, autoritarismo e intolerância somam-se a condições estruturais, como é o caso, nesse momento, da verdadeira liquidação que o governo começou a promover nas empresas e nos serviços públicos.

Em 2017 o governo anunciou um pacote que inclui nada menos do que 57 privatizações. No descaramento do “toma lá, dá cá” que vem caracterizando esse triste período, não só parlamentares barganham para votar com o governo, mas governadores são ameaçados de ficar sem verba se não concordarem em privatizar. Tudo isso somado ao corte, aprovado pelo congresso, nos investimentos públicos por 20 anos (abrindo espaço para o capital privado atuar nas áreas de educação, saúde, lazer e muitas outras), e o desenho que vai se fazendo do Brasil do futuro não passa de uma caricatura do grande país que poderia ter se tornado com os recursos do pré-sal, dos programas sociais de redução da pobreza, de respeito à diversidade, da igualdade de oportunidades.

A Caixa desde então ampliou os planos de demissão voluntária, perdendo praticamente 14 mil empregados entre 2015 e 2017. Depois da Reforma Trabalhista, direitos começaram a ser ameaçados, foi anunciado em 2017 o fechamento de agências e a intenção de privatização de ativos, como a loteria instantânea (Lotex), operações de seguros e cartões.

Mais importante que estes ajustes, foram as políticas que fizeram cair a oferta de crédito livre e direcionado e elevaram os juros da Caixa.

A queda da oferta de crédito no país foi de 3,2% em 2016 e de 2% até setembro de 2017. O Programa Minha Casa Minha Vida teve acentuada retração dos desembolsos: de R\$ 20,7 bilhões, em 2015, para R\$ 7,9 bilhões, em 2016, e uma projeção linear de R\$ 2,7 bilhões, em 2017. Além disso, têm sido crescentes os cortes no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nos gastos discricionários de vários programas sociais operados pela Caixa, com evidente impacto sobre a população de baixa renda.

Outro tema atual na Caixa que merece discussão é a necessidade de capital. Ele vem sendo tratado com ênfase pela direção do banco desde 2016 e pela imprensa que, de forma capciosa e constante, especula sobre a “quebra do banco”, “fusão com BB”, “abertura de capital”, sempre de olho nos interesses do mercado. Como no caso da Caixa o governo é o único cotista, a ele caberia aportar capital. No entanto, afirmou que não irá fazê-lo, alegando a crise fiscal.

A decisão do governo não tem cunho econômico, mas político, haja vista o retorno que a Caixa traz ao investir no desenvolvimento do Brasil, em administrar as operações do governo e em repassar parte dos seus dividendos para o Tesouro. As consequências da negativa são evidentes: sem o aporte, para economizar capital o banco diminuiu drasticamente a oferta de crédito, aumentou tarifas, cortou sua estrutura, reduziu o número de empregados, começou a vender ativos e por aí vai... É um círculo vicioso, e aproveito aqui o slogan “A Caixa é mais que um banco” para argumentar que boa parte dessa dificuldade de enquadramento da empresa tem como origem seu indispensável papel social e sua forte atuação na política de crédito do governo, preponderante para o desenvolvimento do país nas

últimas décadas. Papel este nunca assumido pelos bancos privados, embora sejam concessão pública.

Outro grave problema foi a tentativa de retomada pelo governo da pauta de privatização da Caixa, no final de 2017, quando do debate sobre o novo estatuto pelo Conselho de Administração. A adequação do estatuto era uma das exigências da Lei 13.303 (PLS 555), mas o que foi proposto desrespeita a própria lei, já que trouxe novamente a condição de que o banco se torne uma S.A.

Se for confirmada a sua transformação em S.A., com ações no mercado, a Caixa perderia as condições para se transformar e implementar políticas públicas – sociais de incentivo ao mercado ou anticíclicas – como fez ao longo de seus 157 anos de história. Nas condições atuais do mercado bancário, ela possivelmente deixaria de existir, sendo incorporada pelo BB ou vendida a um banco privado. (Mattoso *et al.*, 2017)



Audiência pública em defesa dos bancos públicos.

Assembleia Legislativa de São Paulo (2017)

Fonte: Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Como no enfrentamento do Projeto de Lei do Senado (PLS) 555, houve uma grande mobilização nacional contra a proposta, que envolveu diversas entidades sindicais, associativas e movimentos. A manutenção da Caixa pública foi ratificada em dezenas de audiências públicas realizadas em câmaras municipais e em assembleias legislativas de vários estados. Atos foram feitos no Congresso Nacional e em diversas unidades da Caixa. Esse movimento provou que a população tem forte laço cultural com o banco e o seu papel no desenvolvimento das cidades foi reconhecido mais uma vez.

Novamente a resistência foi vitoriosa, a proposta estatutária de tornar a Caixa S.A. foi derrotada.

Qual o futuro da Caixa?

A pergunta não é fácil de responder, o futuro da Caixa depende de qual modelo de Estado, de desenvolvimento, a sociedade brasileira vai optar em ter a partir de agora.

A Caixa nos seus 157 anos de história sempre esteve vinculada ao projeto de governo de determinada época. O nascimento, no Império, cumpriu a função de tentar aproximar Dom Pedro II de segmentos mais pobres, em meio a movimentos contra a Monarquia. No governo de Getúlio Vargas, se tornou o banco do crédito e do financiamento público, a fim de promover a industrialização no país, reivindicação da burguesia industrial, que defendia uma intervenção clara do Estado nesse sentido. A Caixa foi uma das financiadoras da construção de Brasília, promessa do governo de JK. Com o objetivo de centralizar o controle sobre os recursos dos estados e aumentar sua dependência do governo central, o governo militar unificou todas as caixas, tornando-a uma empresa federal, com capilaridade nacional e com a inclusão de novos serviços, como a habitação e o FGTS, ganhando mais influência no contexto macroeconômico. Nos governos liberais de Collor e FHC o banco encolheu drasticamente para dar mais espaço ao sistema financeiro privado e internacional, que dessa forma eliminava a concorrência; as consequências foram o aumento da pobreza e as baixas taxas de crescimento no país. Nos governos desenvolvimentistas, de Lula e Dilma, a Caixa voltou a crescer e se tornou o principal operador dos programas sociais e das políticas públicas do país e um dos maiores bancos públicos do mundo.



Campanha lançada pela Fenaef (2017)

Fonte: Fenaef.

E agora? Depois do Golpe de 2016, o movimento de privatização ganhou fôlego e o objetivo do governo Temer e da maioria do Congresso Nacional é privatizar todo o patrimônio público, para isso não mede esforços, já anunciou a privatização de mais de 50 empresas nacionais. Com relação à Caixa, atua na descapitalização da instituição, na privatização das operações e no encolhimento de sua estrutura. Essa política de desmonte já mostra os primeiros resultados: aumento da pobreza, do desemprego e diminuição do investimento público.

Que desenvolvimento queremos?

Mas, afinal, que desenvolvimento queremos para o Brasil? Qual o papel do sistema financeiro nesse desenvolvimento? Não podemos pensar na Caixa sem refletir sobre o papel dos bancos na economia.

O professor Ladislau Dowbor (2009) afirma que a financeirização dos processos econômicos vem há décadas se alimentando da apropriação dos ganhos de produtividade que a revolução tecnológica em curso permite, de forma radicalmente desequilibrada. Na hora atual, estamos vivendo um “desacoplamento da economia financeira e da economia real” e, como consequência, a implantação de redes de especulação financeira que atraem capitais que poderiam financiar investimentos produtivos e contribuir para a criação de empregos

Importante destacar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda, os 2/3 mais pobres têm acesso a apenas 6%. A contribuição da especulação financeira para essa realidade é significativa.

O sistema financeiro não deve ser um fim, mas um meio de facilitar as atividades socialmente úteis, levando ao desenvolvimento social e econômico das nações.

No Brasil, os bancos formaram um cartel, determinam taxas de juros altíssimas, umas das maiores do mundo e têm alto ganho na especulação financeira, ignorando seu papel de concessão pública do Estado. A intermediação financeira deve servir a economia para a alavancagem da produção, dos serviços e dos empregos e na melhoria da qualidade de vida da população.

O papel do Estado nesse cenário é central, inclusive na dimensão mundial da crise, na administração de políticas nacionais eficazes e na supervisão dos mercados financeiros, e para cumprir essa função a atuação de bancos públicos é fundamental, como exemplo, a utilização dos bancos públicos no Brasil para enfrentar a crise de 2008, como política anticíclica, na expansão do crédito e na baixa dos juros.

Segundo Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia de 2008, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e Estados repressivos. (Sen, 2007)

Um Brasil para todos ou para alguns?

Outro mundo não é apenas possível, é necessário, e para isso temos que repensar a importância do que é “público” na nossa vida. O *Dicionário Aurélio* define a palavra “público” como destinado ao povo, à coletividade, que é do uso de todos, aberto ou acessível a qualquer pessoa.

O futuro do Brasil, assim como o modelo de desenvolvimento para a humanidade no próximo período, será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público.

Queremos um mundo em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades, ou um mundo no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito? O futuro da Caixa está intrinsecamente vinculado a essas opções.

Referências Bibliográficas

- BELLUZZO, L.G. Os anos do povo. In: SADER, E. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.103-110.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BUENO, E. *Caixa 150 anos*. Brasília: Buenas Ideias, 2010.
- CAIXA. *Crédito e transformação social*. Brasília, 2011.
- COSTA, F.N. da. *Brasil dos bancos*. São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. *Bancos públicos no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Dieese, 2012.
- DOWBOR, L. Crise financeira, riscos e oportunidades. *Carta Capital*, 2009.
- DRUCKER, P. *The frontiers of management*. Inglaterra: HBK, 1986.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FENAE. 30 anos da greve de 1985. In: *Revista da Fenae*, 2015, p.1-15.
- GUERRA, A. et al. *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.
- LOPREATO, F.L.C. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. In: CALIXTRE, A.B.; BIANCARELLI, A.M.; e CINTRA, M.A.M. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014, p. 227-260.
- MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, E. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.111-122.
- _____; COELHO, M.F.; HEREDA, J.; e BELCHIOR, M. A Caixa ontem, hoje e amanhã. *Carta Capital*, 2017.
- SADER, E. Apresentação. In: _____. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.7-9.
- SANTOS, T.B. de S. *Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: a modernização do sistema financeiro brasileiro*. Tese de Doutorado em Ciências. Programa de Pós-graduação em História Econômica/USP, 2005.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- SILVEIRA, F.; VIEIRA, M.M.F.; e CASTRO, D.C. de. A presença do Estado no setor financeiro brasileiro: o caso da Caixa Econômica Federal. In: *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v.11, n.1, jan./abr. 2013, p.132-159.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC-CUT. 50 anos de história. *Revista dos Bancários do ABC*, mar. 2009. Disponível em: <<http://bancariosabc.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. de 2018.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. *A história dos bancários: lutas e conquistas (1923-1993)*. São Paulo: Sindicato dos Bancários de SP, 1994.
- SLIVNIK, F.F. *et al.* Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES: notas sobre suas evoluções patrimoniais recentes. In: ABDE. *Prêmio ABDE-BID. Edição 2017. Coletânea de trabalhos*. Rio de Janeiro: ABDE Editorial, 2017, p.11-74.



Natural de Santo André (SP), Maria Rita Serrano é graduada em História e Estudos Sociais pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), possui mestrado em Administração de Regionalidade e Organizações e especialização em Governança para Conselheiros de Administração no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Empregada da Caixa desde 1989, ocupou várias funções. Atuou também como professora em cursos superiores de Administração Pública. Atua há quase 30 anos no movimento sindical e social, tendo sido presidente do Sindicato dos Bancários do ABC. É diretora da Fena e Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Em 2013, foi eleita pelos empregados como membro suplente do Conselho de Administração da Caixa e em 2017 foi eleita para ocupar o cargo de membro titular.

Autora do livro *O desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande da Serra*, lançado em 2007, pela Publisher e coautora do livro *Se é público é para todos*, lançado em 2018 pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP-UERJ).

O livro *Caixa, banco dos brasileiros* foi impresso pela gráfica Graphium para a Fena. A tiragem foi de 5.000 exemplares.

O texto foi composto em Adobe Garamond Pro, corpo 10,5/13,65.

A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em Avena 80g

A Caixa Econômica Federal é uma das instituições mais importantes na área da gestão de políticas públicas na contemporaneidade. Falar de sua construção é descrever um processo inovador.

[...] Que desenvolvimento queremos para o Brasil? Qual o papel do sistema financeiro nesse desenvolvimento? Não podemos pensar na Caixa sem refletir sobre o papel dos bancos na economia.



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

